

## ANEXO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008**

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	53.394	-
Pessoal Ativo	47.729	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.666	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.646	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.011	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.634	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	43.749	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		43.749
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹		445.106.323
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,009829
LIMITE MÁXIMO (Inciso I do art. 20 da LRF) - < % >	0,016696	74.315
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % > 0,015861		70.598

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64;

Des. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA  
Presidente do Tribunal

JOSÉ RENATO FRAZÃO CRESPO  
Diretor-Geral

PEDRO CÉSAR DA SILVA BATISTA  
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

NABIHA MONASSA ABINADER DA ROCHA  
Coordenadora de Controle Interno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**
**PORTARIA Nº 430, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e § único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: setembro de 2007 a agosto de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª LICIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO

## ANEXO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008**

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/07 A AGOSTO/08	
	LIQUIDA DAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.5834	595
Pessoal Ativo	115.389	595
Pessoal Inativo e Pensionista	30.445	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	32.532	595
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	2.236	595
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	30.296	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.3302	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		113.302
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹		445.106.323
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,025455
LIMITE MÁXIMO (Inciso I, II e III do art. 20 da LRF) - % 0,054906		244.390
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - % 0,052161		232.172

Fonte: SIAFI 2007/2008

¹ Valores referentes à Portaria STN n.º 529, de 19/09/2008.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do artigo 35 da Lei 4.320/64.

Desª LICIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO  
Presidente do Tribunal

RAIMUNDO VIEIRA  
Diretor-Geral

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA  
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SILVIA ROSADO  
Secretária de Controle Interno  
Substituta

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**
**PORTARIA Nº 263, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008, anexo a esta Portaria.

Des. ESTEVAM MAIA

## ANEXO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008  
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	46.734	596
Pessoal Ativo	35.714	596
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.020	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.117	513
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.218	513
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.899	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	34.617	83
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		34.700

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹		445.106.323
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,007796
LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) - < % > 0,023607		105.076
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - < % > 0,022427		99.824

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹ Valores referentes à Portaria STN nº 529, de 19/9/2008.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;



b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

JOSÉ HEVALDO RABELLO MENDES  
Gestor Financeiro

WDESON PEREIRA DE SOUZA  
Coordenador de Controle Interno  
Substituto

RICARDO PEREIRA ROCHA  
Diretor-Geral

Des. ESTEVAM MAIA  
Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**PORTARIA Nº 336, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008**

O DESEMBARGADOR ANGELO ITHAMAR SUCATO ZATTAR, PRESIDENTE, DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o relatório de gestão fiscal desta Corte, em anexo.

Des. ÂNGELO ZATTAR

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

LRF, art. 55 - Inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 Anexo I R\$ MILHARES.

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	116.469	-	116.469
Pessoal Ativo	93.888	-	93.888
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	93.888		93.888
Pessoal Inativo e Pensionistas	22.581		22.581
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	27.961		27.961
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial			-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.424		5.424
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	22.537		22.537
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	88.508	-	88.508
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			445.106.323
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100			0,019885%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			186.962
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)			177.615

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ANA FLORA FRANÇA E SILVA  
Diretora-Geral

REGINA MARIA FONTOURA DE OLIVEIRA  
Gestor Financeiro

SÔNIA MARIA DOS SANTOS PRESTES  
p/Controle Interno

Des. ANGELO ITHAMAR SCUCATO ZATTAR  
Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**PORTARIA Nº 443, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008**

O Desembargador-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:  
Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.  
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	62.655	2.923
Pessoal Ativo	47.974	2.568
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.681	356
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirizados (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.829	2.913
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	763	2.883
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.066	30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	48.826	10
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		48.837

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹	445.106.323
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,010972
LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) - <%>	0,024545
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,023318

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹Valores referentes à Portaria STN nº 529, de 19/09/2008.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4320/64.

CAROLINE MOREIRA PASSOS DE LIMA  
Secretária de Administração e Orçamento

MARAT SOARES TEIXEIRA  
Coordenador de Controle Interno e Auditoria  
Substituto

De acordo.  
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente

ANDRÉA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS  
Diretora-Geral

De acordo.  
Nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. EXPEDITO FERREIRA DE SOUZA  
Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**RETIFICAÇÃO**

Na PORTARIA Nº 266, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008, publicada no DOU nº 187, de 26-9-2008, Seção 1, pág. 133, onde se lê: % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)\*100 - VALOR: 0,007087, leia-se: VALOR: 0,007143.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO**

**4ª REGIÃO**

**PORTARIA Nº 4.783, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL constante do anexo desta Portaria.

JOÃO GHISLENI FILHO